JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.04.03 07:19:41 -03'00'

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Relatório da administração *(Em milhares de Reais)*

1. Mensagem da administração: A administração da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Companhia, sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R$ 167.118, um incremento de 2,9% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R$ 162.380, decorrente do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi de 99,99% e 99,98%, respectivamente. **(c) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures -** Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R$ 10.149 de principal e R$ 62.136 de juros, sendo R$ 6.724 e R$ 47.122 do financiamento e R$ 3.425 e R$ 15.014 das debêntures, respectivamente. **(d) Auditores Independentes -** A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R$ 89. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria. A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.657	4.571
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	31.752	8.711
Concessionárias e permissionárias	10	18.172	17.902
Ativo de contrato	11	161.498	156.808
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.301	7.982
Outros impostos e contribuições a recuperar		2.164	2.442
Outros ativos		2.682	320
Total do ativo circulante		**227.226**	**198.736**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	58.036	46.918
Ativo de contrato	11	2.264.534	2.253.363
Outros ativos		6.938	7.561
Total do realizável a longo prazo		**2.329.508**	**2.307.842**
Imobilizado		7.034	7.034
Total do imobilizado		**7.034**	**7.034**
Total do ativo não circulante		**2.336.542**	**2.314.876**
Total do ativo		**2.563.768**	**2.513.612**

	Nota	2024	2023
Fornecedores	12	31.871	78.359
Financiamento	13	10.601	5.328
Debêntures	13	7.088	5.165
Impostos e contribuições a recolher		2.886	4.256
Pis e Cofins diferidos	15	14.299	13.884
Dividendos	23 (c)	67.542	12.328
Encargos setoriais		1.268	713
Contas a pagar	14	10.458	10.458
Outros passivos		5.840	171
Total do passivo circulante		**151.853**	**130.662**
Financiamento	13	774.675	782.576
Debêntures	13	242.838	234.091
Pis e Cofins diferidos	15	209.199	208.217
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	331.431	307.439
Contas a pagar	14	1.318	12.185
Total do passivo não circulante		**1.559.461**	**1.544.508**
Total dos passivos		**1.711.314**	**1.675.170**
Capital social	18 (a)	254.475	254.475
Dividendo adicional proposto	18 (c)	248.205	36.985
Reserva de lucros	18 (b)	349.774	546.982
Total do patrimônio líquido		**852.454**	**838.442**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.563.768**	**2.513.612**

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	19	**177.919**	**295.501**
Custo de construção	20 (a)	-	(144.670)
Custos operacionais	20 (b)	(8.215)	(3.861)
Custos operacionais		**(8.215)**	**(148.531)**
Lucro bruto		**169.704**	**146.970**
Despesas gerais e administrativas	20 (c)	(730)	(667)
Provisão para perda de crédito esperada	10	(430)	-
Despesas operacionais		**(1.160)**	**(667)**
Resultado antes do resultado financeiro		**168.544**	**146.303**
Receitas financeiras	21	7.648	11.575
Despesas financeiras	21	(80.715)	(79.229)
Resultado financeiro		**(73.067)**	**(67.654)**
Resultado antes dos impostos		**95.477**	**78.649**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(2.259)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(23.992)	(26.741)
Imposto de renda e contribuição social		**(26.251)**	**(26.741)**
Lucro líquido do exercício		**69.226**	**51.908**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	69.226	51.908
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**69.226**	**51.908**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**254.475**	**26.850**	**-**	**388.153**	**129.384**	**-**	**-**	**798.862**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	51.908	51.908
Reserva legal	18 (b)	-	2.595	-	-	-	-	(2.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(12.328)	(12.328)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	-	-	-	36.985	(36.985)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**254.475**	**29.445**	**-**	**388.153**	**129.384**	**36.985**	**-**	**838.442**
Dividendos constituídos	18 (b)	-	-	-	-	(40.336)	-	-	(40.336)
Transferência de dividendos	18 (b)	-	-	-	(166.584)	-	166.584	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.226	69.226
Reserva legal	18 (b)	-	3.461	-	-	-	-	(3.461)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	6.251	-	-	-	(6.251)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (d)	-	-	-	-	-	-	(14.878)	(14.878)
Dividendos adicionais propostos	18 (c)	-	-	-	-	-	44.636	(44.636)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**254.475**	**32.906**	**6.251**	**221.569**	**89.048**	**248.205**	**-**	**852.454**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		69.226	51.908
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	23.992	26.741
- Imposto de renda e contribuição social correntes		2.259	-
- Provisão para perda de crédito esperada	10	430	-
- Pis e Cofins diferido	19	1.397	19.407
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(7.600)	(12.125)
- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento	13	80.328	78.999
- Efeito da revisão tarifária periódica	11	23.648	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(195.541)	(23.345)
- Ativo de contrato - receita de construção	11	-	(296.367)
		(1.861)	**(154.782)**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	10	(700)	(17.902)
- Ativo de contrato	11	156.032	100.825
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.681	82
- Outros impostos e contribuições a recuperar		278	-
- Outros ativos		(1.739)	(7.274)
- Fornecedores		(46.488)	48.766
- Impostos e contribuições a recolher		2.344	(308)
- Encargos setoriais		555	713
- Contas a pagar		(10.867)	(12.582)
- Outros passivos		5.669	171
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		**104.904**	**(42.291)**
Impostos pagos sobre o lucro		(5.973)	-
Financiamento - pagamento de juros	13	(47.122)	(49.655)
Debêntures - pagamento de juros	13	(15.014)	(36.541)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**36.795**	**(128.487)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(174.784)	(126.127)
Títulos e valores mobiliários - resgates		148.225	270.963
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(7.034)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento		**(26.559)**	**137.802**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamento - pagamento de principal	13	(6.725)	(6.324)
Financiamento - custo de transação	13	-	456
Debêntures - pagamento de principal	13	(3.425)	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(10.150)**	**(5.868)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**86**	**3.447**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.571	1.124
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**4.657**	**4.571**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A (Celeo Expansões). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 16/2019 (Contrato), tem como objetivo: instalações de transmissão nos estados do Pará e do Amazonas, compostas pela (i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo pátio novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti 230/138/13,8 kV, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 22 de março de 2019 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 22 de março de 2049. A Companhia entrou parcialmente em operação em maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP) -** A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R$ 167.118 (RH n° 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP em R$ 162.380 para o ciclo 2023-2024). Um aumento de 2,9%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2024-2025, e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2029-2030 e 2034-2035. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.4) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada (nota explicativa 24 (a)) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 17). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários. **6.2 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante -** Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem CDB com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em CDB para fins de garantia do financiamento e das debêntures. **6.3 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração -** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **(i) Custo amortizado -** Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(ii) VJR -** Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **6.4 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. **Reconhecimento de receita de construção -** Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 46% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. **Reconhecimento da receita de operação e manutenção -** Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. **Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido -** Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 8% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.5 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

8 Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Conta corrente	4.657	4.554
Aplicações automáticas	-	17
	4.657	**4.571**

9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante - A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil e Banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). Em 31 de dezembro de 2024 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 99,4% (99% em 31 de dezembro de 2023) do DI com vencimento entre setembro e dezembro de 2025, e do Banco Itaú de 98% do DI com vencimento em abril de 2025. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 6 (seis) vezes o valor da prestação mensal vencida dos subcréditos A e B e 3 (três) prestações referentes ao subcrédito C, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2024 a totalidade dos recursos estão CDB atrelado ao DI do Banco da Amazônia. A taxa de indexação dessa aplicação foi de 96,52% (95,51% em 2023) e possui vencimento entre outubro de 2025 e setembro de 2026.

10 Concessionárias e permissionárias	2024	2023
A vencer	16.073	17.051
Até 3 meses	1.370	367
De 3 a 12 meses	729	484
Acima de 12 meses	430	-
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(430)	-
	18.172	**17.902**

A movimentação da PCE está demostrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**-**	**-**
Adições	(430)	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**(430)**	**-**

11 Ativo de contrato		2024	2023
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		**2.410.171**	**2.191.284**
Receita de construção	(i)	-	296.367
Remuneração do ativo	(i)	195.541	23.345
Efeito da revisão tarifária periódica	(ii)	(23.648)	-
Recebimentos	(iii)	(156.032)	(100.825)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		**2.426.032**	**2.410.171**

(i) A Companhia entrou parcialmente em operação em maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023. (ii) Conforme nota explicativa 1.3, a RAP da Companhia foi reajustada em razão da RTP. A Companhia atualizou o fluxo

continua...

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.04.03 07:19:58 -03'00'

...continuação

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

do ativo de contrato considerando o impacto de -1%. Não houve atualização de nenhuma outra premissa. (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu a RAP somente a partir do mês de maio, conforme nota explicativa 1.1. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	161.498	156.808
Não circulante	2.264.534	2.253.363
	2.426.032	**2.410.171**

12 Fornecedores		2024	2023
Materiais e serviços	(i)	10.604	22.106
Partes relacionadas	(ii)	21.267	56.253
		31.871	**78.359**

(i) A variação refere-se às baixas ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 das provisões para encerramento de obra realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (ii) Veja nota explicativa 23 (a).

13 Financiamento e debêntures

	Financiamento		Debêntures	
Financiamento e debêntures	840.995	848.452	264.026	273.764
Custo de transação	(53.091)	(56.114)	(24.770)	(25.877)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**787.904**	**792.338**	**239.256**	**247.887**
Juros	48.652	48.522	28.002	26.803
Amortização - principal	(6.725)	(6.324)	(3.425)	-
Amortização - juros	(47.122)	(49.655)	(15.014)	(36.541)
Custo de transação	-	456	-	-
Amortização - custo de transação	2.567	2.567	1.107	1.107
Financiamento e debêntures	835.800	840.995	273.589	264.026
Custo de transação	(50.524)	(53.091)	(23.663)	(24.770)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**785.276**	**787.904**	**249.926**	**239.256**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	10.601	5.328	7.088	5.165
Não circulante	774.675	782.576	242.838	234.091
	785.276	**787.904**	**249.926**	**239.256**

i. Estrutura da dívida - (a) Financiamento - A Companhia assinou no dia 30 de outubro de 2020 uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco da Amazônia S.A (BASA), tendo como Avalistas a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes) e a Celeo Expansões (Avalistas), cujos recursos da CCB se destinam à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R$ 800.000 divididos em 3 (três) subcréditos e totalmente liberado em 4 (quatro) parcelas entre 15 de junho de 2021 e 05 de dezembro de 2022. Sobre os 3 subcréditos incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), calculado usando os valores de juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e pelo componente prefixado para cada Subcrédito descrito como segue: Subcrédito A – 1,5045%, Subcrédito B e C – 1,2310%. A dívida resultante da CCB possui fluxo de pagamentos mensais de encargos a partir de 15 de novembro de 2022 e de amortização de principal a partir de 15 de novembro de 2023 até o vencimento em 15 de novembro de 2044. **(b) Debêntures -** A Companhia emitiu no dia 15 de abril de 2021 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures pelo valor nominal de R$ 1 totalizando R$ 220.000, destinadas à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,6904% ao ano. As debêntures possuem fluxo de pagamentos semestrais de juros que iniciaram em 15 de abril de 2023 e de principal a partir de 15 de abril de 2024 até o vencimento em 15 de abril de 2046. **ii. Estratégia para a contratação da dívida -** Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras. **iii. Fluxos dos pagamentos futuros -** O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2026	8.504	2.464
Em 2027	11.524	3.273
Em 2028	15.550	2.306
A partir de 2029	739.097	234.795
	774.675	**242.838**

iv. Cláusulas restritivas - O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (covenant) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. **Financiamento -** As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não constituir reserva na forma estabelecida no contrato; (b) redução do capital social após a implantação do projeto para valor inferior a 30% do saldo devedor da CCB; (c) contratação de novos endividamentos sem autorização prévia e expressa do BASA (exceto pela emissão de debêntures já autorizada pelo banco; (d) cisão, fusão ou incorporação da emitente sem a prévia autorização do BASA; (e) descumprimento da destinação do crédito concedido por meio da CCB; (f) manter o Índice de Cobertura do Serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos), apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) meses de parcela de principal da dívida. **Debêntures -** As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia e/ou a Fiadora seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora; (b) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (i) a Companhia e/ou a Fiadora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de Inadimplemento; e/ou (iii) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior; (c) redução no capital social da companhia, exceto se autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (d) não observância, pela Companhia, por mais de 2 vezes consecutivas e/ou por mais de 4 vezes intercaladas, do ICSD, a partir de 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2024	2023
Dívida bruta		
Financiamento	835.800	840.995
Debêntures	273.589	264.026
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Caixa e conta corrente	4.657	4.571
CDB	89.788	55.629
Dívida líquida	**1.014.944**	**1.044.821**

14 Contas a pagar: Refere-se à provisão constituída dos custos diretamente atribuíveis (comissões bancárias e honorários advocatícios) para obtenção do contrato de financiamento. A contrapartida foi reconhecida como custo de transação na rubrica de financiamentos. O reconhecimento inicial dessa transação foi registrado na data da obtenção desse financiamento. A variação observada refere-se aos desembolsos ocorridos durante o exercício de 2024.

15 PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
PIS	39.867	39.618
COFINS	183.631	182.483
	223.498	**222.101**

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2024	2023
Circulante	14.299	13.884
Não circulante	209.199	208.217
	223.498	**222.101**

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Imposto de renda	243.699	226.058
Contribuição social	87.732	81.381
	331.431	**307.439**

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perda de crédito esperada	(430)	-	(146)	-
Prejuízo fiscal	(82.890)	(93.647)	(28.183)	(31.840)
Provisão para indisponibilidade	(279)	-	(95)	-
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	1.058.397	997.880	359.855	339.279
	974.798	**904.233**	**331.431**	**307.439**

17 Passivos contingentes: Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisão para as contingências e divulgar os passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui processos com prognóstico prováveis e possíveis de perda. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é de R$ 254.475 dividido em 254.475.000 (duzentos e cinquenta e quatro milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Expansões. **(b) Reserva de lucros -** Conforme o artigo 199 da lei n° 6.404/76, a Companhia transferiu o montante de R$ 166.584 para dividendos adicionais propostos, pois ultrapassou o limite do capital social. Este excedente será deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO). **i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R$ 3.461 e R$ 2.595, respectivamente. **ii. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.4. Os lucros realizados no montante de R$ 40.336 foram acrescidos aos dividendos a pagar. **iii. Reserva de incentivos fiscais -** Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Amazonas. No dia 27 de dezembro de 2024 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 182/2024, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2024 até 2033. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) constituição de reserva de incentivos fiscais com o valor resultante do incentivo; e (v) obrigação de aplicar o valor da Redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção ou operação na área de atuação da SUDAM. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2024 o valor destinado foi de R$ 6.251. **iv. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação do acionista. **(c) Dividendo adicional proposto -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação do acionista. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R$ 44.636 e R$ 36.985, respectivamente. A Companhia transferiu o montante de R$ 166.584 para dividendos adicionais propostos conforme descrito na nota explicativa 18 (b). **(d) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R$ 14.878 e R$ 12.328, respectivamente.

19 Receita operacional líquida

		2024	2023
Receita de construção	(a)	-	296.367
Remuneração do ativo	(b)	195.541	12.646
Ganho na RAP	(c)	14.639	10.699
Receita de operação e manutenção		10.822	6.225
Efeito da revisão tarifária periódica	(d)	(23.648)	-
Parcela variável (indisponibilidade)		(279)	-
Receita bruta		**197.075**	**325.937**
PIS e COFINS correntes		(15.558)	(9.659)
PIS e COFINS diferidos	(e)	(1.397)	(19.407)
Encargos setoriais	(f)	(2.201)	(1.370)
Deduções da receita		**(19.156)**	**(30.436)**
		177.919	**295.501**

(a) A variação se refere a Companhia ter entrado parcialmente em operação em maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023. (b) O aumento observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à remuneração do ativo considerando 12 meses de operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração do ativo considera apenas 7 meses de operação e o impacto referente à entrada em operação comercial. (c) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada. (d) Veja nota explicativa 11. (e) A redução observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se principalmente à entrada em operação comercial, não havendo mais receita de construção e o impacto do processo de revisão tarifária. (f) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.528)	(944)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(673)	(426)
	(2.201)	**(1.370)**

20 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custo de construção	2023
Serviços	(102.192)
Máquinas, equipamentos e materiais	(34.877)
Meio ambiente	(5.656)
Fundiário	(1.945)
	(144.670)

(b) Custos operacionais		2024	2023
Pessoal		(2.331)	(1.478)
Serviço de operação e manutenção	(i)	(2.209)	(1.274)
Consultorias técnicas		(840)	(224)
Vigilância e segurança		(557)	(328)
Passagens e hospedagens		(551)	(389)
Seguros		(442)	(354)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(440)	(383)
Material		(206)	(95)
Faixa de servidão (manutenção e limpeza)		(67)	(7)
Compartilhamento de instalação		(51)	(23)
Diversos		(521)	694
		(8.215)	**(3.861)**

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. (ii) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura.

(c) Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Consultorias	(222)	(233)
Incentivos fiscais	(187)	-
Pessoal	(186)	(333)
Publicações	(42)	(42)
Prestação de serviços administrativos	(20)	(14)
Diversos	(73)	(45)
	(730)	**(667)**

21 Resultado financeiro	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	7.226	10.926
Outras receitas	422	649
Receitas financeiras	**7.648**	**11.575**
Juros - debêntures	(28.002)	(26.805)
Juros - financiamento	(48.652)	(48.522)
Custo de transação - financiamento	(2.567)	(2.567)
Custo de transação - debêntures	(1.107)	(1.107)
Outras despesas	(387)	(227)
Despesas financeiras	**(80.715)**	**(79.229)**
	(73.067)	**(67.654)**

22 Imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Resultado antes dos impostos	**95.477**	**78.649**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(32.462)	(26.741)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	6.251	-
Outras exclusões (adições)	(40)	-
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	**(26.251)**	**(26.741)**
IR e CS correntes	(2.259)	-
IR e CS diferidos	(23.992)	(26.741)
Alíquota efetiva	27%	34%

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Elecnor (i)	EPC	IPCA	5 anos	2024	20.939	56.096	-	(85.129)
Celeo (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2026	328	157	(2.209)	(1.274)
					21.267	**56.253**	**(2.209)**	**(86.403)**

(i) Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção da infraestrutura conforme detalhado na nota explicativa 1. (ii) Refere-se ao contrato com a Celeo Redes para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica "custos operacionais". O contrato foi assinado no dia 03 de dezembro de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes.

(b) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**12.328**	**-**
Dividendos oriundos das reservas de lucros	40.336	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	14.878	12.328
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**67.542**	**12.328**

(c) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(10.775)	(8.081)	(5.387)
Financiamento	Aumento IPCA	38.400	48.000	57.600
Debentures	Aumento IPCA	12.221	15.277	18.332

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12% e 4,89%) foi considerada conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros -** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2024 Custo amortizado	2024 VJR	2023 Custo amortizado	2023 VJR
Caixa e equivalente de caixa	8		4.657	-	4.571	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	89.788	-	55.629
Concessionárias e permissionárias	10		18.172	-	17.902	-
Ativos Financeiros			**22.829**	**89.788**	**22.473**	**55.629**
Fornecedores	12		31.871	-	78.359	-
Financiamento	13		835.800	-	840.995	-
Debêntures	13		273.589	-	264.026	-
Passivos Financeiros			**1.141.260**	**-**	**1.183.380**	**-**

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) -** A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos netas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, exceto conforme detalhado na tabela a seguir:

		Hierarquia do valor justo	2024 Valor contábil	2024 Valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo
Debêntures	13	Nível II	273.589	223.318	264.026	236.100
			273.589	**223.318**	**264.026**	**236.100**

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	40.000
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000
Multirisco rural	30.03.2024 a 30.03.2025	1.599

José Maurício Scovino de Souza – Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata – Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. - *Rio de Janeiro - RJ* - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua...

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.04.03 07:20:15 -03'00'

...continuação

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.4 e 11 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação, com o auxílio dos especialistas de Finanças Corporativas, se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7